

**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB),
ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E TRABALHO DOCENTE NA ÓTICA DE GESTORES
E DOCENTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE
CAMPINA GRANDE/PB**

Andréia Ferreira da Silva - Universidade Federal de Campina Grande/PB
silvaandreia@uol.com.br
Agência Financiadora: CNPQ

1. Avaliação nacional da educação no país

No decorrer dos anos de 1990, o tema da qualidade da educação ganhou importância na sociedade brasileira. A Constituição de 1988, no artigo 5º, inciso VII, e a LDB (1996), artigo 3º, inciso IX, definem como um dos princípios da educação nacional, “a garantia de padrão de qualidade” (BRASIL, 1988; 1996). A partir de 1995, segundo Freitas (2004), a qualidade da educação passa a ser “objeto de regulação federal, cuja viabilidade exigira o aporte de um sistema de informações educacionais conjugado a um sistema nacional de avaliação, considerados ambos elementos estratégicos da boa-governança educacional no país” (p. 2). A LDB/1996 define, no artigo 9º, que caberá à União coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação, inciso V, e assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino, inciso VI (BRASIL, 1996).

Articulando-se à lógica da descentralização e de maior autonomia da escola, foi criado no país, durante a década de 1990, um conjunto de mecanismos de avaliação do sistema educacional que assegurou a centralização, no nível federal, do controle dos resultados e da qualidade. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) foi criado em 1990. Em 1997, foi implantado o Exame Nacional de Cursos, que ficou conhecido como Provão, que avaliava os formandos da educação superior. Em 1998, o MEC criou o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), de caráter facultativo, direcionado aos concluintes do ensino médio.

Para o estabelecimento dessa proposta, o MEC, para Freitas (2004), teve de enfrentar o desafio de fazer com que diferentes atores, sobretudo equipes das secretarias estaduais e municipais de ensino, professores e gestores escolares, incorporassem a avaliação externa em seu cotidiano, percebendo-a como apoio para a melhoria da qualidade do ensino.

De acordo com Sousa (2008), essa política implanta uma lógica da gestão escolar pautada no controle dos produtos e resultados educacionais medidos pelo desempenho dos alunos em testes padronizados nacionalmente. Os resultados obtidos são interpretados como um “indicador da eficiência da unidade escolar, em particular, e do sistema educacional, como um todo” (SOUSA, 2008, p. 266), medindo a qualidade do ensino oferecido.

O presente texto busca compreender como a implantação dessa proposta de avaliação da educação escolar, materializada em diversos formatos de medição da qualidade dos níveis e etapas da educação nacional, tem interferindo na organização escolar e na organização do trabalho escolar, sobretudo no que se refere à criação do Ideb.

Para Oliveira (2008), o termo “organização escolar” refere-se às condições objetivas sob as quais o ensino está estruturado. Esse conceito compreende “das competências administrativas de cada órgão do poder público ao currículo que se pratica em sala de aula, passando pelas metodologias de ensino e processos de avaliação adotados, tudo seria matéria

2. Gestão, financiamento da educação e qualidade de ensino

da organização escolar” (p. 132). Já o termo “organização do trabalho escolar” refere-se à divisão do trabalho na escola. Consiste na forma como o trabalho do professor e demais trabalhadores é organizado na instituição escolar, visando a atingir os objetivos da escola ou do sistema.

O artigo visa conhecer e examinar como os gestores e professores de escolas dos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal de ensino de Campina Grande/PB têm assimilado os resultados do IDEB e que ações têm implantado na escola objetivando a sua elevação. Desse modo, pretende contribuir para o debate acerca dos impactos, na escola, das políticas de avaliação externa e estandardizada da educação no país.

Para a aproximação do objeto, a pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão da literatura que trata do tema estudado, de pesquisa documental e da análise de questionários aplicados a gestores e docentes de escolas que oferecerem os anos iniciais do ensino fundamental no município de Campina Grande/PB¹.

2. Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb)

O estabelecimento do Ideb consiste em um dos eixos centrais do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Sua apresentação à sociedade brasileira ocorreu em abril de 2007 e deu-se no contexto do lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) no início do segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva. A proposta do PAC da Educação, como ficou conhecido o PDE, é abrangente, definindo ações para todos os níveis, etapas e modalidades da educação brasileira, da creche à pós-graduação, alcançando secretários municipais e estaduais de educação, alunos, docentes, diretores de escolas, pais e até empresários. De acordo com Saviani (2007, p. 1.233), o PDE consiste em um “grande guarda-chuva que abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC”.

O Ideb consiste em um indicador de qualidade, com notas de 0 a 10, que combina a avaliação de desempenho em provas, a Prova Brasil, com dados de repetência e evasão. O índice é medido a cada dois anos e objetiva que, o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, obtenha nota 6 no ano de 2022, que seria o correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos.

O MEC estabeleceu atendimento prioritário a 1.242 municípios com os índices mais baixos. Inicialmente, somente os municípios com pior pontuação poderiam “aderir voluntariamente” ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº. 6.094, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), por meio do termo de adesão, e receber a contribuição do MEC. É importante destacar que, a partir do lançamento do PDE, todas as transferências voluntárias e assistência técnica do MEC aos municípios, estados e Distrito Federal estão vinculadas à adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e à elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR), que segundo o MEC são instrumentos fundamentais para a melhoria do Ideb. Todos os 26 Estados, o Distrito Federal e os 5.563 municípios aderiram e assinaram o Termo de Adesão ao Plano de Metas do PDE. A continuidade do convênio está vinculada ao cumprimento de metas indicadas no PAR.

Um aspecto importante a ser destacado em relação ao Ideb refere-se à forma de utilização dos resultados das avaliações nacionalmente padronizadas. As escolas e os sistemas a serem contemplados com recursos adicionais da União são os que obtiveram os piores resultados no Ideb. Nesse sentido, o suporte do governo, tanto técnico quanto financeiro, teria como objetivo contribuir para a superação das dificuldades diagnosticadas mediante o índice.

Para alcançar a elevação do Ideb e, para isso, contar com o apoio financeiro e técnico da União, os sistemas de ensino estaduais e municipais aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e elaboraram os seus planos de ações articuladas (PARs).

2. Gestão, financiamento da educação e qualidade de ensino

Os PARs, além de apresentarem um diagnóstico detalhado da educação oferecida, devem prever as ações que deverão ser implantadas pelos sistemas e pelas escolas para a elevação do IDEB, compreendido como indicador objetivo para a aferição da qualidade da educação básica e para a verificação do cumprimento das metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso (BRASIL, 2007).

3. Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB): organização escolar e trabalho docente em escolas municipais de Campina Grande/PBⁱⁱ

O município de Campina Grande obteve, no ano de 2005, o IDEB de 3,1 pontos nos anos iniciais do ensino fundamental, com o índice 0,1 ponto superior à média da rede estadual, 3,0. Esse resultado estava abaixo da média nacional que foi de 3,8 pontos. Em 2007, o IDEB do município apresentou um crescimento de 0,2, alcançando 3,3 pontos. Campina Grande conseguiu atingir o índice de 3,8 em 2009, superando a meta projetada pelo MEC de 3,5. Entretanto, apesar de ultrapassar a meta prevista, o IDEB de Campina Grande, no ano de 2009, continuou sendo inferior à média nacional de 4,6 pontos.

Diante dos baixos resultados do IDEB e para contar com o apoio da União, o município de Campina Grande aderiu, em 2007, ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e elaborou o seu plano de ações articuladas (PAR). Para tal, contou com o apoio de especialistas contratados pelo MEC que visitaram o estado e acompanharam o município nessa tarefa.

No que concerne ao diagnóstico feito pelo PAR do município de Campina Grande, a dimensão que se mostrou com maior deficiência foi a de infraestrutura física das escolas da rede e a inadequação ou inexistência dos recursos pedagógicos e esportivos, e a inexistência de bibliotecas e de laboratórios. O pouco tempo disponibilizado para que os professores atendam os alunos, coletiva ou individualmente, entre outros, também consistiu em um fator apontado pelo PAR como um problema a ser solucionado. Quase a totalidade dos docentes que atua nos anos iniciais do ensino fundamental possui formação superior em curso de licenciatura, tendo a maioria cursado Pedagogia. O diagnóstico constante do PAR informa que a SME e as próprias escolas socializaram e discutiram os resultados do IDEB com a comunidade local e com os pais.

Com o objetivo de possibilitar uma melhor compreensão dos sujeitos da pesquisa, é apresentado, a seguir, o perfil dos professores e gestores que participaram do estudo e o conhecimento que possuem do IDEB. Em seguida será examinado, dentre outros, como percebem as contribuições desse índice para a melhoria da qualidade da educação e sua interferência no trabalho realizado na escola.

Dos 35 gestores que responderam o instrumento, vinte e seis são diretores, oito são vice-diretores, denominados diretores-adjuntos, e uma professora substituta que ocupava temporariamente a função de gestora de uma escola. A totalidade dos gestores que participaram do estudo é do sexo feminino. Entre os 136 professores, 94% são do sexo feminino. Cerca de 70% dos respondentes possuem idade superior a 35 anos e atuam no magistério a mais de 11 anos, revelando uma significativa experiência profissional na docência. 95% informaram que pertencem ao quadro efetivo da rede municipal de ensino, revelando a iniciativa do município na realização de concursos públicos, prática ainda pouco comum em muitos municípios do estado da Paraíba.

Quase a totalidade dos gestores respondentes, em torno de 97%, tem formação em nível superior, com destaque para o curso de Pedagogia, 44,1%. 90% dos docentes informaram ser formados em curso superior de licenciatura, destes, 80% no curso de Pedagogia. 2,3% dos docentes tem curso de mestrado. Diferentemente da maioria dos municípios do estado da Paraíba, Campina Grande possui quase o total dos docentes e

2. Gestão, financiamento da educação e qualidade de ensino

gestores com formação superior e em curso de licenciatura. Essa situação ocorre, pois o município consiste em um polo econômico e educacional da região, possuindo duas universidades públicas, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e mais de sete instituições de ensino superior privadas que, também oferecem cursos de licenciatura.

Em relação ao PAR, nenhum dos respondentes informou ter participado de sua elaboração no período 2007 e 2008, revelando o não envolvimento dos profissionais que atuam na escola nesse processo. Os gestores, no geral, demonstraram maior conhecimento do PAR do que os docentes. Enquanto 31% apresentaram uma visão mais ampla do PAR, relacionando-o ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, ao IDEB e ao financiamento da educação, somente 6% dos professores o fizeram. 83% dos docentes informaram não saber em que consistia o PAR ou não responderam a questão e somente 26% gestores expuseram tais afirmações.

A resposta de um gestor apresenta uma visão mais ampla e articulada do que consiste o PAR, entretanto, poucos expressaram esse nível de compreensão da política em curso. Para esse gestor:

O PAR foi criado pelo MEC, como parte do planejamento da política educacional, por um período de 4 anos. Deve ser coordenado pela Secretaria de Educação, mas elaborado com a participação de diretores, professores e comunidade, para a melhoria a qualidade da educação. Compreende a elaboração de um diagnóstico e o estabelecimento de metas (Q. GESTOR).

Na maioria das vezes, como observado nesse estudo, a elaboração do PAR ficou restrita às secretarias de educação. Muitas vezes, pelo pouco tempo disponível para sua elaboração ou pela ausência de uma prática articulada das secretarias e das escolas na definição das prioridades e na elaboração do planejamento. Com frequência, as secretarias elaboram o planejamento e apresentam para as escolas. Essa lógica não foi rompida nas escolas estudadas, apesar de estar prevista nas orientações do MEC a participação na comunidade escolar para a preparação do PAR.

No que se refere ao conhecimento dos gestores acerca dos objetivos do IDEB, 46% informaram que o índice objetiva **diagnosticar** e **monitorar** a qualidade da educação do país (estados e municípios), 26%, e da escola, com 20% das indicações. 28% destacaram que o IDEB tem um **caráter avaliativo** da qualidade da educação nos estados e municípios, 25%, e da escola, com somente 3%. 20% apontaram que visa **avaliar o desempenho dos alunos**.

Em relação à compreensão dos docentes sobre os objetivos do IDEB, é relevante que um número maior de docentes, em relação aos gestores, tenha informado que o índice visa **avaliar** o desempenho dos **alunos**, 34%. 18% dos professores responderam que **avalia** a qualidade da educação do Brasil (estado e/ou município). 18% apontaram que o índice objetiva **diagnosticar** e **monitorar** a qualidade da escola, 9%, e no país, 9%. 4% assinalaram que pretende **avaliar o** trabalho do **professor**, afirmação que não aparece na opinião dos gestores.

Os dados mostram que há diferenças de ênfases na compreensão dos objetivos do IDEB para os gestores e docentes. Os gestores, em sua maioria, destacam o caráter de diagnóstico e de monitoramento da qualidade da educação, enquanto os docentes, em proporção superior, percebem o índice restrito à avaliação do desempenho dos alunos, além de apontarem a avaliação de seu próprio trabalho. Não há como desconsiderar que o IDEB esteja centrado na avaliação do desempenho dos alunos em provas nacionalmente padronizadas, compreendido como indicador da qualidade da educação, mesmo reconhecendo que o índice considera, também, as taxas de evasão e repetência. Desse modo, no geral, uma parcela maior dos professores, mais que os gestores, possui um visão do IDEB que parece

2. Gestão, financiamento da educação e qualidade de ensino

ultrapassar a dos gestores no que se refere à análise do discurso oficial acerca das políticas de avaliação.

Percebe-se que a Secretaria Municipal de Educação vem atuando na divulgação dos resultados do IDEB no município, visto que 2/3 dos gestores assinalaram que foram informados do índice em reunião promovida por essa secretariaⁱⁱⁱ. Observa-se, ainda, a importância das mídias para a divulgação dos resultados do IDEB, mesmo entre os próprios profissionais da educação. Desse modo, essas mídias têm contribuído para a construção, na sociedade e na escola, de uma visão em relação às políticas educacionais, a qualidade do ensino oferecido e as medidas de avaliação. Freitas (2007) destaca o caráter educador do Estado ao fazer com que as políticas de avaliação externa da educação no país fossem aceitas, pela sociedade e pelos sistemas de ensino, como necessárias a melhoria da qualidade da educação.

No que se refere ao conhecimento do IDEB, os gestores demonstraram conhecer mais os resultados das escolas do que os professores. Enquanto 48,6% dos gestores informaram corretamente o IDEB das escolas do ano de 2007, 32% dos docentes revelaram domínio dessa informação. Quanto aos resultados de 2009, 40% dos gestores apontaram corretamente índice da escola que dirigem e somente 16% dos professores o fizeram. Destaca-se o número elevado de professores que demonstraram não conhecer o IDEB de 2007 da escola que trabalham, 28% indicaram não conhecer o índice, 17% responderam incorretamente e 10,4% não responderam a questão, totalizando 55,4%. Em relação aos resultados do IDEB de 2009, a situação apresentada se repete.

Esses dados revelam que, certamente, os gestores, em decorrência do maior contato direto com a Secretaria Municipal de Educação, que realiza reuniões periódicas, tem maior conhecimento da situação da escola no IDEB, mas essa situação pode não estar contribuindo para uma maior e melhor compreensão dessa política para todos os que atuam na escola, inclusive os docentes. Entretanto, é importante ressaltar que, apesar de parte significativa dos profissionais não informar corretamente o IDEB das escolas em que atuam, gestores e professores revelaram, em outras questões, conhecer se sua escola obteve um alto ou baixo resultado, tendo como referência as demais escolas do município.

Para a maioria absoluta dos gestores, 88,6%, o IDEB indica o nível de aprendizagem dos alunos. Essa compreensão não é corroborada pela mesma proporção de docentes, visto que 45% tiveram a mesma compreensão. 11,4% dos gestores e 54,4% dos docentes apontaram que o índice não indica a aprendizagem dos alunos. Esses dados revelam que, parte significativa dos docentes não compartilha da mesma visão dos gestores acerca do IDEB, revelando uma leitura mais crítica do índice ou, pelo menos, uma aceitação não tão completa da política. Essa diferença talvez possa ser explicada pelo fato do professor ser o responsável direto pelo trabalho com os alunos e perceber mais as limitações das iniciativas de avaliação externa da qualidade da educação.

Dentre os docentes que afirmaram que o IDEB não indica o nível de aprendizagem dos alunos, mais da metade, 61%, justificaram que a aprendizagem é um processo complexo e, portanto, não pode ser medida somente por meio de provas. 6% apontaram que as avaliações do MEC são inadequadas à realidade da educação e/ou ao nível dos alunos. 6% indicaram que os índices de evasão e repetência interferem no resultado final da prova, 4% revelaram a ocorrência de problemas na aplicação da Prova Brasil.

Entre os que afirmaram que o IDEB não demonstra a aprendizagem dos alunos, há aqueles que questionam a validade do próprio exame, como os que afirmam que não se pode avaliar a aprendizagem dos alunos e/ou a qualidade da educação somente por uma prova. Entretanto, há os que questionam o índice de forma mais pontual, discutindo a forma de composição do índice que, ao considerar as taxas de evasão e reprovação, perdem o foco no desempenho dos alunos na Prova Brasil. Nesse grupo, situam-se, ainda, os que mencionaram

2. Gestão, financiamento da educação e qualidade de ensino

a existência de problemas na aplicação da Prova Brasil, como situação em que professores informaram as respostas aos alunos e a existência de alunos portadores de necessidades especiais, que poderiam comprometer os resultados do IDEB da escola.

No que se refere à organização do trabalho na escola após a divulgação do IDEB, 57,1% dos gestores e 21,3% dos docentes responderam que ocorreram mudanças na escola após o IDEB. Para 40% desses gestores, a divulgação do índice contribuiu para um maior compromisso dos profissionais da escola para melhorar a qualidade do ensino oferecido na escola elevar e/ou elevar o índice. Para 25% ocorreu a implantação de programas federais, municipais ou estaduais na escola para a melhoria do IDEB. 10% indicaram que passou a ocorrer o planejamento com o acompanhamento da Secretaria de Educação. Foram apontados, também pelos gestores, um maior envolvimento dos pais e da comunidade com a escola, a inclusão dos conteúdos da Prova Brasil nas aulas e a melhoria e oferta de formação para os professores, com 5% de indicações cada um.

Para a maioria dos docentes, 52%, a principal mudança na escola depois da divulgação do IDEB consistiu no maior compromisso de professores e gestores para a elevação do índice da escola, compreensão também apresentada pelos gestores. 14% responderam que houve a implantação de programas federais, municipais ou estaduais para a melhoria do índice. 7% apontaram que passou a ocorrer o planejamento com acompanhamento da Secretaria de Educação. 4% e 3%, respectivamente, informaram que houve a melhoria na infraestrutura, material didático e pedagógico da escola e a inclusão de conteúdos da Prova Brasil nas aulas. Para a maior parte dos profissionais que participaram do estudo, a divulgação do IDEB tem contribuído para gerar mudanças no trabalho realizado na escola destacando-se o maior comprometimento de seus profissionais e a melhoria da qualidade da educação visando assegurar a elevação do IDEB.

Em relação à preparação dos alunos para a realização da Prova Brasil, que se refere à organização escolar, mais uma vez manifesta-se a diferença das respostas de gestores e docentes, enquanto a maioria dos dirigentes revela a ocorrência da preparação do aluno para a Prova Brasil, os professores afirmam, em proporção bem menor, essa prática, além de afirmar desconhecer a sua realização na escola. Diante desses dados, surgem as seguintes questões: o que levou vários docentes a não revelarem essas práticas? Poderia estar relacionado a uma recusa em reconhecer a redução de sua autonomia em sala de aula? Ou efetivamente esse preparo vem ocorrendo de forma limitada nas escolas analisadas?

No que se refere às contribuições da divulgação do IDEB para a melhoria da qualidade da educação das escolas do município. 63%, mais da metade dos gestores, e 36% dos docentes responderam que a divulgação do resultado do IDEB contribuiu para a melhoria da qualidade da educação. Já para 26% dos gestores e 27% dos docentes responderam que não há melhoria na qualidade da educação com sua divulgação.

Mais da metade dos gestores e docentes, 72,8% e 61,2% respectivamente, acreditam que a divulgação dos resultados do IDEB contribui para a melhoria da qualidade da educação, porque os problemas da escola são identificados e gera a busca por sua solução, motivando os profissionais da escola. 10% dos gestores e dos docentes justificaram dizendo que há a divulgação do trabalho de todos os profissionais da escola e/ou do professor (Quadro 1). Esse dado demonstra a importância dada ao IDEB pelos gestores e docentes que participaram do estudo. Esses profissionais indicaram que o gestor e os demais funcionários da escola estão buscando soluções para a melhoria da qualidade da educação e/ou para a elevação do índice.

2. Gestão, financiamento da educação e qualidade de ensino

Quadro 1. A divulgação do IDEB contribuiu para a melhoria da qualidade da educação

Respostas	Gestores	Docentes
Porque podemos identificar os problemas e procurar soluções, motivando os profissionais da escola.	72,8%	61,2%
Porque há a divulgação do trabalho de todos os profissionais da escola/professor.	9,1%	10,2%
Porque as escolas recebem maior apoio pedagógico/projetos/ verbas.	4,5%	6,1%
Aumenta a responsabilidade dos alunos com a aprendizagem.	0%	4,1%
Porque ajuda os professores a se capacitarem.	4,5%	0%
Não justificou/Resposta inconsistente	9,1%	18,4%
Total:	100%	100%

Fonte: Pesquisa IDEB Campina Grande.

Para 11% dos gestores e 19% dos docentes a divulgação do IDEB não contribuiu para a melhoria da qualidade da educação, porque nem todos que fazem parte da área comprometem-se para a melhoria de sua qualidade. A maior parte desses gestores, 33,4%, e 11% dos docentes, afirmaram que o resultado do IDEB apenas mostra dados quantitativos, indicando que necessitam ser consideradas dimensões qualitativas, como a realidade social dos alunos, a diversidade cultural, a realidade das instituições de ensino e outros. Além disso, indicaram que a divulgação do índice não muda nada na realidade das escolas. 22,2% dos gestores e 15,5% dos docentes responderam que não há reconhecimento nem estímulos para que o índice seja elevado. 22,2% dos gestores e 10,8% dos professores informaram que a divulgação das notas do IDEB só faz expor as escolas, professores e alunos, gerando *stress* e competição. 2,7% dos docentes apontaram que com o IDEB, há uma maior cobrança do trabalho dos professores, responsabilizando-os pelos resultados obtidos. 16,2% dos docentes apontaram que o resultado do IDEB não mostra o trabalho realizado na escola.

Quadro 2. A divulgação do IDEB não contribuiu para a melhoria da qualidade da educação

Respostas	Gestores	Docentes
Porque nem todos que fazem parte da educação participam/comprometem-se com a melhoria da qualidade.	11,1%	18,9%
O resultado do IDEB apenas mostra dados quantitativos, faltam informações qualitativas.	33,4%	10,8%
Não há incentivos nem reconhecimento e nem estímulo.	22,2%	10,8%
O resultado expõe as escolas, professores e alunos/ gera <i>stress</i> /competição entre as escolas.	22,2%	10,8%
Há maior cobrança dos professores, responsabilizando-os pelos resultados.	0%	2,7%
Não há mobilização dos profissionais da educação para melhorar o índice.	0%	5,4%
O resultado não mostra o trabalho realizado/não mostra a realidade.	0%	16,2%
Não justificou/Resposta inconsistente.	11,1%	24,4%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa IDEB Campina Grande.

As assertivas expostas, que equivale a menos de 20% dos respondentes, coincide com as principais críticas apresentadas pela produção da área da educação às políticas de avaliação em curso (SILVA, 2010; ADRIÃO e GARCIA, 2009; SOUSA, 2009): ênfase nos

2. Gestão, financiamento da educação e qualidade de ensino

dados quantitativos, estímulo à competição entre as unidades escolares, exposição das escolas e, sobretudo, de seus docentes sem considerar as condições de oferta do ensino, responsabilização dos professores pelos baixos resultados, entre outros. Esse dado revela que vários profissionais, sobretudo docentes, percebem vários limites dessa proposta de avaliação da educação implantada no país.

4. Considerações finais

A pesquisa revelou que a divulgação do IDEB tem interferido na organização escolar e no trabalho docente, visto que várias ações desenvolvidas, nas instituições estudadas, vêm sendo direcionadas para a elevação desse índice. Os dados demonstram que, após a divulgação dos resultados do IDEB há a preocupação dos profissionais da escola em relação à necessidade de sua elevação. Esse quadro revela em Campina Grande situação identificada por Freitas, Baruffi e Real (2011), em municípios do estado do Mato Grosso do Sul, a adoção das metas do Ideb como referência para o planejamento do ensino e para o monitoramento de seus resultados.

É importante destacar que, apesar de vários respondentes, sobretudo docentes, não indicarem corretamente o IDEB de sua escola, a maioria revelou conhecer se a escola obteve uma nota baixa ou alta, tendo como referência as escolas do município, mesmo que esse índice esteja baixo das notas de outros municípios do estado ou da média nacional. Essa informação demonstra que vem ocorrendo a comparação dos índices obtidos pelas escolas do município, o que pode estar contribuindo para a criação de um clima de competição e a afirmação da cultura do desempenho nas escolas. Para Sousa (2009), uma das características dessa política consiste na ampla divulgação dos resultados das avaliações na mídia, sobretudo na forma de classificação, favorecendo a comparação, em nome da necessidade de prestação de contas à sociedade (SOUSA, 2009).

Percebe-se, também, que há diferentes ênfases na compreensão que gestores e docentes possuem do IDEB. Enquanto uma significativa porcentagem de gestores afirmou o IDEB como um instrumento de diagnóstico e monitoramento da qualidade da educação, parte significativa dos docentes destacou seu caráter mais restrito à avaliação do desempenho do aluno e à avaliação do trabalho do professor. Essa diferença de compreensão da política de avaliação foi observada em relação a vários temas tratados na pesquisa. Entretanto, apesar disso, para a maioria dos que participaram da pesquisa essa política tem contribuído para a melhoria da qualidade do ensino oferecido na escola. Menos de 20% dos que participaram do estudo apresentaram críticas a essa iniciativa, destacando a ênfase nos dados quantitativos, a fortalecimento da competição entre escolas e a responsabilização dos docentes e das escolas pelos baixos resultados.

A maioria dos professores e gestores apresenta uma análise positiva de tal iniciativa, afirmando que a divulgação do IDEB vem contribuindo para a melhoria da qualidade da educação oferecida na escola por meio de um maior compromisso dos profissionais da educação e das famílias, da melhoria das condições de sua oferta e a implantação de programas federais, municipais ou estaduais na escola.

Observa-se, ainda, que poucos gestores e docentes referiram-se à atuação da Secretaria Municipal de Educação junto às escolas para a elevação do IDEB. A indicação da implantação de um planejamento mais sistematizado na escola com o acompanhamento da secretaria, também, foi apresentada por poucos profissionais.

Esse artigo, ao examinar os desdobramentos da divulgação do IDEB nas escolas municipais pesquisadas, tendo como referência a visão dos docentes e gestores, entendidos como sujeitos centrais de sua implementação, buscou contribuir para a compreensão dos limites e alcances dessa política. Além disso, objetivou dar voz aos profissionais da educação

2. Gestão, financiamento da educação e qualidade de ensino

que estão sendo alijados da definição das políticas educacionais nas últimas décadas no país e não vêm sendo chamados a contribuir para a avaliação das políticas de avaliação da educação básica que esses profissionais realizam na realidade concreta da escola pública brasileira.

4. Referências:

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise. Oferta educativa e responsabilização no PDE: o Plano de Ações Articuladas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 135, dez. 2008. p. 779-796. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 27 jun. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 2 mar. 2012.

_____. Presidência da República. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2012.

_____. Ministério da Educação. *Indicadores demográficos e educacionais*. Disponível em: <<http://ide.mec.gov.br/2008/index.php>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

_____. Presidência da República. *Decreto nº. 6.094*, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, DF, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=153:legislacao&catid=98:par-plano-de-aco-es-articuladas&Itemid=366>. Acesso em: 10 dez. 2011.

CAMPINA GRANDE. Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande. *Certificado de Reconhecimento-IDEB 2009*. Campina Grande, 2010.

FREITAS, Dirce Ney Teixeira de; BARUFFI, Alaíde Maria Zabloski; REAL, Giselle Cristina Martins. Resultados positivos do IDEB em redes escolares municipais. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT05/GT05-400%20int.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2012.

FREITAS, Dirce Ney Teixeira de. *A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa*. Campinas, SP: Autores associados, 2007. 225 p.

_____. Dirce Ney Teixeira de. Avaliação da educação básica e ação normativa federal. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 663-689, set./dez. 2004.

OLIVEIRA. Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e reestruturação do trabalho docente. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 nov. 2011.

PARAÍBA Educação. *Veneziano homenageia escolas campinenses bem pontuadas no Ideb* (2010). Disponível em: <http://www.paraiba1.com.br/Noticia/47173_veneziano-homenageia-escolas-campinenses-bem-pontuadas-no-ideb.html>. Acesso em: 23 ago. 2010.

OLIVEIRA. Dalila Andrade. Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. *Política e Gestão da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 125-143.

2. Gestão, financiamento da educação e qualidade de ensino

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1.231-1.255. out. 2007b.

SILVA, Andréia Ferreira da. Plano de Desenvolvimento da Educação: avaliação da educação e desempenho docente. *INTER-AÇÃO*, Goiânia, v. 35, n. 2, p. 415-435, jul/dez. 2010.

SOUZA, Sandra Maria Zákia L. de. Avaliação e gestão da educação básica no Brasil: da competição aos incentivos. In: DOURADO, Luiz Fernandes (Org.) *Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios*. – São Paulo: Xamã, 2009, p. 31-45.

_____. Avaliação do rendimento escolar como instrumento de gestão educacional. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

ⁱ Foram aplicados questionários a 33% das escolas da zona urbana, visto que a Prova Brasil não era aplicada em escolas rurais. A definição das escolas que integraram a amostra da pesquisa foi feita por sorteio, de modo a contemplar uma escola de cada um dos 29 núcleos que formavam a rede municipal de ensino no ano de 2010. Foram aplicados questionários em 29 escolas municipais, sendo 35 para gestores e 136 para docentes, totalizando 171 questionários. Para a totalização dos dados coletados foi utilizado o programa SSPS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

ⁱⁱ O município de Campina Grande localiza-se na região oriental do Planalto da Borborema, no agreste paraibano e é o segundo município mais populoso do estado, com 367.913 habitantes (BRASIL, 2008), 94% na zona urbana.

ⁱⁱⁱ A Secretaria de Educação de Campina Grande, após a divulgação pelo MEC dos resultados do IDEB do ano de 2009, realizou um evento no maior teatro da cidade, que contou com a presença do prefeito, com o objetivo de reconhecer o bom desempenho das escolas no Ideb. Nesse evento, as escolas que ultrapassaram as metas previstas receberam um certificado intitulado Certificado de Reconhecimento-IDEB 2009. Para as escolas que não conseguiram atingir as metas para 2009, foi entregue um certificado com o seguinte texto “Certificamos que a escola [...], embora não tenha atingido o índice projetado pelo Ideb 2009, apresentou avanço no seu desempenho 2007/2009, num esforço que coletivamente devemos compartilhar” (CAMPINA GRANDE, 2010a). Nesse evento, o prefeito anunciou que “a Secretaria terá um trabalho mais focalizado e diferenciado para a alfabetização das escolas, pela importância que esta fase possui para o desempenho dos alunos” (PARAÍBA 1, 2010).